



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Da Sra. Jô Moraes)

Solicita informações ao Ministério da Agricultura sobre o Concurso realizado dia 03/06/2007.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª. seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, o seguinte pedido de informações:

Conforme solicitação de um eleitor, que para preservar seus direitos não citaremos seu nome, julgamos necessário as informações a respeito do último concurso, realizado dia 03/06/2007, para este Ministério.

Esta solicitação foi feita porque o mesmo se encontra descontente da forma como as provas foram realizadas, e para melhor entendimento transcrevo, abaixo, seu relato:

“Estudei muito para o concurso e no domingo, ao sair da prova, me senti um lixo. Todos sabemos que pessoas tentam de todas as formas burlar e fraudar concursos, quanto mais esse, cujos salários-base ultrapassavam \$3.200,00. Contudo a empresa, em momento algum, se preocupou em dificultar a atividade desses marginais, deixando com que todos, inclusive eu, ficassem de posse de telefones celulares. Eu fui ao banheiro com meu celular no bolso, e não havia fiscais comigo, apenas uma mulher ficou na porta do banheiro (que era masculino, ou seja, ela não ia mesmo entrar). Contudo, muitas pessoas com certeza se aproveitaram disso para conseguir alguma vantagem na prova. Só não o fiz por questão de ética, pois se pedisse a um amigo para mandar uma mensagem com o gabarito, ele mandaria, e eu facilmente abriria a mensagem no banheiro, utilizando normalmente o celular.

Concurso Público é coisa séria, e porque o MAPA não contratou uma instituição séria para realizar o concurso? E os meus vários meses de estudo, vão por água abaixo porque várias pessoas com certeza fraudaram a prova e vão ser classificadas, já eu, que só estudei, não vou!



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vemos que todos os dias ocorrem fraudes em concursos e vestibulares, onde os marginais se valem de equipamentos cada vez mais tecnológicos, e a empresa organizadora desse concurso, nem mesmo pediu que os concursandos deixassem seus aparelhos celulares sobre a mesa do professor, como fazem todas as organizadoras de processos seletivos, CESPE, FUNDEP, FUMARC, CESGRANRIO etc... E um fiscal para acompanhar os candidatos ao banheiro, isso é o mínimo. Um detector de metais, porque não?

Além de tudo, vi relato de que as pessoas que fizeram inscrição juntas, ficaram na mesma sala, ou seja, o critério para distribuição nas salas era a ordem de inscrição. Isto facilita a fraude. Você podia escolher na sala o local onde iria se sentar, isto não é certo, pessoas que se conheciam obtiveram vantagem indevida.

No início da prova havia uma determinação dos fiscais, proibindo que anotássemos o gabarito da prova e que a prova tinha que ser devolvida. Quase expirado o prazo para conclusão da prova, resolveram liberar, no meu prédio, a anotação dos gabaritos, ou seja, alguns puderam anotar, outros não. Que absurdo!

Aí em Brasília houve tumulto pois haviam números de inscrição em duplicidade, deficiente que não obtiveram benefício e pessoas sadias com comprovantes de inscrição de deficientes.

A empresa não foi eficiente em seu serviço, e prejudicou muita gente. Existem diversas questões com gabarito errado ou com erros de português e/ou datilografia que induziram pessoas ao erro. É claro que quanto a isso cabem recursos.

Sem ter para onde recorrer, peço seu apoio para que tais fatos sejam divulgado na mídia e para que o concurso seja, como de direito, ANULADO."

Sala das Sessões, em de de 2007.

JÔ MORAES
DEPUTADA FEDERAL PCDoB - MG